CCI Informa

2023

Ano IV – Edição 06 – junho 2023

O presente material informativo da Auditoria Interna (CCI) tem o intuito de compartilhar conhecimentos e boas práticas em gestão pública com a comunidade da UFBA, tendo como principal fonte o Ementário de Gestão Pública – EGP.

Normativos

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 21, DE 30 DE MAIO DE 2023.

Altera a Instrução Normativa CGU nº 13, de 8 de agosto de 2019.

CONTRATAÇÕES DE TIC

PORTARIA SGD/MGI Nº 1.070, DE 1º DE JUNHO DE 2023.

Estabelece o modelo de contratação de serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de Tecnologia da Informação e Comunicação, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP do Poder Executivo Federal.

TELETRABALHO

INSTRUÇÃO NORMATIVA SGPRT-SEGES/MGI Nº 21, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

Altera a Instrução Normativa SGP-SEGES/ME nº 2, de 10 de janeiro de 2023, quanto ao prazo para expedição de nova regulamentação, nos termos do art. 16, do Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022.

Julgados, pareceres e súmulas

EXIGÊNCIA DE INSCRIÇÃO OU VISTO EM CONSELHO PROFISSIONAL e RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE

ACÓRDÃO Nº 829/2023 – TCU – Plenário.

9.1. com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, dar ciência (...) das seguintes constatações detectadas na fiscalização realizada por este Tribunal: (...)

9.1.3. a exigência, para fins de habilitação, de que a licitante comprove possuir inscrição ou visto no Conselho Regional Profissional da Unidade Federativa em que será executado o objeto, (...), afronta o disposto nos arts. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e o art. 30, inciso I, da Lei 8.666/1993; [...].

JOGO DE PLANILHAS

ACÓRDÃO Nº 4132/2023 – TCU – 2ª Câmara.

b) dar ciência (...) sobre as seguintes impropriedades/falhas, (...), de forma a evitar a sua materialização, tendo em vista o estágio inicial dos atos referentes ao contrato:

b.1) ausência de orçamento estimativo detalhado de quantidades e utilização de critério de julgamento com base no somatório dos preços unitários das atividades, o que possibilita a ocorrência do chamado "jogo de planilhas" e contraria o disposto no art. 6º, inciso XXIII, alínea "a", da Lei 14.133/2021, e itens 9.4.1 e 9.4.2 do Acórdão 3361/2015-TCU-Plenário, da relatoria do Ministro-Substituto Weder de Oliveira; [...].

AUDITORIA INTERNA
(CCI – Coordenadoria de Controle Interno)
Rua Augusto Viana, s/n - Palácio da Reitoria, Canela, Salvador - CEP: 40110-909
Fone: 3283-7133. E-mail: cci@ufba.br

GOVERNANÇA, PLANEJAMENTO e INDICADORES

ACÓRDÃO Nº 1022/2023 – TCU – Plenário.

1.6.1. dar ciência (…) de que:

1.6.1.1 a ausência de publicação de atributos dos indicadores dos objetivos estratégicos de seu Planejamento Estratégico 2020-2023, a saber, fórmula de cálculo, periodicidade de medição, linha de base e metas, está em desacordo com a Instrução Normativa – ME 24/2020, art. 3º, inciso IV, c/c art. 6º (parágrafo 70);

1.6.1.2. a ausência de apresentação da avaliação dos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos estratégicos, nos Relatórios de Gestão de 2020 e 2021, está em desacordo com o disposto no Anexo II, da DN TCU 187/2020; [...].

Informativos, atos e publicações científicas

TELETRABALHO

Teletrabalho e atitudes frente à mudança em organizações públicas brasileiras: experiências e desafios.

"O objetivo deste estudo foi investigar as atitudes dos indivíduos diante da mudança organizacional ocasionada pelo teletrabalho e analisar suas possíveis relações com as características funcionais e demográficas dos funcionários.".

GECC e UNIDADE DE EXERCÍCIO

Nota Técnica nº 10.461-2023.

Alcance da definição de "unidade de exercício do servidor" a que se refere o parágrafo único do art. 3º da da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME Nº 64, de 5 de setembro de 2022, para fins de pagamento de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (GECC).

ACESSO À INFORMAÇÃO e PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O princípio da publicidade nos atos da administração pública: uma análise sobre a LAI e a LGPD em um possível conflito de normas.

"O direito de acesso à informação, trazido pela Constituição Federal através do princípio da publicidade e regulamentado pela Lei de Acesso à Informação (LAI – Lei nº 12.527/2011), e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018) têm gerado aparentes conflitos após a LGPD entrar em vigor. [...] este trabalho tem como objetivo entender cada uma delas de forma separada e trazer uma análise sobre a aplicação destas normas na esfera pública, destacando as finalidades de cada uma delas, gerando entendimento sobre o assunto e compreendendo a finalidade de ambas, sem prejudicar o acesso à informação e nem a proteção de dados. [...]".

AUDITORIA INTERNA
(CCI – Coordenadoria de Controle Interno)
Rua Augusto Viana, s/n - Palácio da Reitoria, Canela, Salvador - CEP: 40110-909
Fone: 3283-7133. E-mail: cci@ufba.br